

Regular = planeado *versus* irregular = espontâneo: nascimento e morte de uma relação dicotômica nos estudos históricos da forma urbana

Sandra M. G. Pinto

Centro de História de Além-Mar, Lisboa Portugal. Centro de Documentação e Pesquisa dos Domínios Portugueses (XV-XIX), Curitiba, Brasil. Rua João Bravo n.º 22 1ºG, 3040-379 Coimbra, Portugal. Email: sandramgpinto@gmail.com

Artigo revisto recebido a 12 de Setembro de 2013

Resumo. Neste artigo analisa-se uma importante relação teórica nos estudos históricos sobre a forma urbana. Trata-se da relação que associa as formas urbanas regulares ao planeamento urbanístico e, pelo contrário, as formas urbanas irregulares à falta de planeamento urbanístico. Partindo da formulação inicial estabelecida nos textos inaugurais de história do urbanismo, procura-se verificar o impacto desta relação dicotômica na construção do conhecimento, para depois alcançar a transformação operada nas últimas décadas, que levou à sua refutação, utilizando para o efeito o contributo metodológico, teórico e conceptual de alguns estudos produzidos desde a segunda metade do século XX.

Palavras-chave: teoria da morfologia urbana, relação dicotômica, regular / irregular, planeado / espontâneo, conceitos

É sabido que o estudo da forma dos espaços urbanos, ou morfologia urbana, se iniciou, no fim do século XIX, pela decomposição do todo urbano em partes mais pequenas e pela averiguação dos princípios de relações que ordenavam aquelas partes naquele todo. Transpondo um método de análise semelhante ao que se usava nas ciências naturais, vários aglomerados urbanos existentes foram alvo de exames comparativos segundo pontos de vista idênticos, quer geográficos, funcionais, materiais, dimensionais, históricos ou formais, aproveitando neste último caso a silhueta dos monumentos ou a fisionomia exterior dos edifícios e dos lugares. Nos estudos inaugurais, às similitudes encontradas foi dada uma mesma equivalência, e os espaços urbanos passaram a ser agrupados em categorias específicas, reduzidas a uma sistemática elementar, cuja taxonomia simples assentava em conceitos e objetos não especificamente urbanísticos

(por exemplo, sob o ponto de vista geográfico: defesa, meandro, caminho; sob o ponto de vista funcional: industriais, comerciais, portuários; sob o ponto de vista material: pedra, barro, madeira; sob o ponto de vista dimensional: grandes, médias, pequenas; sob o ponto de vista histórico e estilístico: clássico, medieval, renascentista, barroco; sob o ponto de vista formal: ortogonal, circular, linear).

Contudo, ao nível das relações, uma das primeiras conexões que se estabeleceu vinculava a existência, ou não, de uma intencionalidade de planeamento urbanístico, ao reconhecimento, ou não, de esquemas formais específicos emergindo da aparente desarrumação. A observação de princípios geométricos relacionados com a ortogonalidade, regularidade dimensional, ângulos retos e repetição nas formas das plantas urbanas tornava-se, assim, no principal indicador para atestar a presença de uma consciente e racional ação de

urbanização no desenvolvimento urbano. A não observância daqueles princípios geométricos indiciava, pelo contrário, a falta de planeamento.

Longa, e importante, foi a vigência teórica desta relação dicotómica na construção do conhecimento morfológico e em particular no desenvolvimento da história do urbanismo. Todavia, os recentes estudos históricos sobre a forma urbana, de várias áreas disciplinares, que têm vindo a beneficiar de incrementos metodológicos, teóricos e conceptuais, promovidos desde os anos 60 do século XX, levaram ao questionamento da validade de tal relação, chegando inclusivamente a refutá-la. Neste artigo procura-se explicar a origem, o efeito e a mutação referida.

Relação

Desde a Grécia Antiga que se utilizam oposições para explicar fenómenos distintos, tendo os Sofistas introduzido, no século V A.C., a divisão do que é *phýsei* (por natureza) do que é *nomō* (por convenção) ou do que é *thesei* (por decisão deliberada), cujo propósito foi separar os objetos que têm uma existência independente dos que existem através da ação humana, ou os objetos que têm um aparecimento independente dos que aparecem da vontade humana. Genericamente esta distinção surge inscrita nos vários assuntos, ao longo do tempo, pelo tradicional par 'natural / artificial'. Todavia, foi o entendimento do segundo pólo que sempre levantou maiores dúvidas aos vários autores, porque se para uns, um fenómeno era artificial por ser produto da ação humana, para outros, esse mesmo fenómeno era natural por não ter sido o resultado de desígnio humano. Daí que foi necessário introduzir uma terceira classificação, que distinguisse os objetos que resultaram da ação mas não da vontade humana, embora que esta última equivalesse muitas vezes à categoria de natural (Hayek, 1973).

Ora, nos estudos iniciais que procuravam perceber o desenvolvimento (origem, crescimento e declínio) das cidades e vilas, o quadro geográfico era visto como o objeto natural por excelência, pois este existe e apareceu sem qualquer ação ou desígnio

humano. Mas longe de ser imutável, o espaço físico logo seria modificado pela ação humana, tal como reconheceu Vidal de la Blanche (1898), tornando-se, então, necessário perceber se esta continha ou não um desígnio. Reduzindo a construção teórica novamente a duas polaridades, alguns investigadores, como Clouzot (1909), classificaram então como artificiais os espaços urbanos novos, traçados com planos regulares e como naturais os espaços urbanos antigos, de formação natural e progressiva. Esta intuitiva premissa tornou-se num dos principais alicerces da subsequente investigação. Todavia, dada a ausência de um suporte conceptual de base, o binómio alcançou várias nomenclaturas: Unwin (1909) distinguiu os espaços urbanos 'formais' dos 'informais'. Lavedan (1926a, 1926b, 1936) separou os espaços urbanos 'artificiais' ou 'planeados' ou 'criados' dos 'espontâneos', diferenciando as plantas em 'tabuleiro de xadrez', das 'radio-concêntricas', e das 'inorgânicas' (convém aqui esclarecer que o termo utilizado é, de facto, *inorganique*, tendo sido empregue para classificar as estruturas urbanas sem regularidade geométrica ou ordem aparente, por oposição à ideia da existência de uma organização própria e regulamentar, inerente ao organismo, e que a sua posterior alteração para 'orgânico', por outros investigadores, levou a que se tenha criado uma confusão ao nível das definições mais elementares nos estudos da forma urbana). Também Pöete (1929) destrinçou os traçados das plantas em 'regulares' e 'irregulares'. Mas, no fundo, em todos associava-se a vontade, o desígnio ou o planeamento urbanístico com as formas urbanas regulares, e a falta de planeamento urbanístico com as formas urbanas irregulares.

Esta relação dicotómica complexificou-se também pela agregação da origem histórica, juntando-se assim três níveis classificativos (o intencional, o formal e o cronológico), e fazendo-se corresponder uns aos outros. Deste modo, os esquemas formais dos espaços urbanos passaram a estar integrados no sistema de categorias de tempo e de espaço, chegando por vezes a estar associados à noção de estilo, ou seja, incluídos nas classificações da história de arte. Quer Lavedan (1926b; 1926c), quer

Pöete (1929) solidificaram estas relações e devido aos seus estudos iniciais sobre os períodos mais recuados da história fizeram equivaler, genericamente, o esquema ‘ortogonal’ à Antiguidade Clássica Romana e o esquema rádio-concêntrico à Idade Média. O esquema irregular ou inorgânico era, para eles, o menos interessante podendo ser encontrado em alguns espaços urbanos helénicos ou nos medievais. Foram igualmente estabelecidas outras relações formais condizentes com a Época Moderna, repartida em duas fases: o Renascimento e o Barroco (Lavedan, 1941). Surgiu também o tipo ‘medievo-renascentista’ para designar as formas urbanas que, na transição entre os dois períodos históricos, apresentavam uma estrutura interna com esquema orgânico ou rádio-concêntrico agregada por um limite de fortaleza moderna (Hiorns, 1956). Para o século XIX e para a Época Contemporânea, não foi reconhecido nenhum esquema formal em particular, sendo sobretudo adaptações dos anteriores (Lavedan, 1952).

Não obstante a inclusão de subcategorias históricas, mantinha-se ainda a divisão estabelecida pela relação dicotómica inicial. Depois seguiram-se outras variações possíveis, para se referir aos espaços urbanos ou às plantas ou às intenções de planeamento, integrando-se qualquer um dos referidos termos ou utilizando-se outros, retirados de outras classificações que diferenciavam os tipos, modelos ou esquemas formais das plantas, caso de ‘labiríntico’, ‘espiral’, ‘poligonal’, ‘radiante’, ‘aditivo’, ‘xadrez’, ‘geométrico’, *hipódamos*. O esquema rádio-concêntrico e depois o ‘circular’ foram tratados de modo especial, por poderem pertencer a uma ou a outra polaridade, quer se tratasse de exemplos medievais ou modernos.

Devido ao seu particular efeito na História do Urbanismo Português, torna-se necessário incluir ainda a dicotomia proposta por Sérgio Buarque de Holanda, incorporada no título do quarto capítulo, da edição revista e ampliada de 1948, da sua obra ‘Raízes do Brasil’. Para distinguir a atuação luso-brasileira da hispano-americana na produção urbana dos novos territórios, aquele considerou os primeiros como ‘semeadores’ e os segundos como ‘ladrilhadores’. Estas metáforas traziam assim implícita a crítica

àquilo que considerava como falta de planeamento ou o ‘desleixo’ dos portugueses e a racionalidade da grelha ortogonal ou o ‘produto mental’ dos espanhóis (Holanda, 1948).

Motivação

Por estranho que possa parecer, só recentemente os estudos dedicados à forma dos espaços urbanos antigos recentraram o propósito da análise nos próprios objetos de estudo. Durante muito tempo, o objetivo foi perceber como se podia projetar a ‘cidade do devir’ e simultaneamente corrigir os males, primeiro da ‘cidade industrial’, e depois da ‘cidade modernista’. As experiências urbanísticas do passado constituíram-se como um repositório de possibilidades com carácter normativo e curativo, quer por oposição, quer pela cópia. Em associação com este intuito, a discussão foi em parte estimulada tendo em vista a possibilidade de se conseguir produzir um planeamento global, por vezes homogéneo, como nas teorias modernistas, onde o arquétipo assentava no conceito de ‘cidade ideal’, ao qual lhe correspondia um plano passível de ser incluído na categoria de arte (Rosenau, 1988 [1950]).

Daí que nos estudos históricos da forma urbana, considerados como um modo de descortinar o princípio de planeamento dos espaços urbanos existentes, se procurava os esquemas teóricos de base, derivados do exame às formas urbanas ditas planeadas. Afinal, o próprio Lavedan (1926a) considerava que só as plantas urbanas traçadas segundo um plano estabelecido constituíam o objeto de estudo de uma ‘história da arquitetura urbana’, onde a obra de arte decorria do génio humano consciente do desenho produzido. A história das formas urbanas passou assim a estar conectada com a história dos seus planeadores.

Também por isso se explica a aversão às formas urbanas irregulares. É que se para uns investigadores a sua explicação advinha da precocidade dos modelos teóricos da evolução urbanística, para outros a razão era exatamente a oposta, ou seja, era um sintoma de decrepitude aliada à falta de ordem ou regras urbanísticas.

As categorias (regular / irregular) que permitiam classificar geometricamente as formas urbanas foram, então, definidas a partir da representação bidimensional e estática (porque a planta urbana representa uma realidade num dado momento) dos espaços urbanos, mas também, das ideias (planeado / espontâneo) que os conceitos traziam associado, fazendo com que a ‘história’ das formas urbanas traduzisse exatamente esta posição. Os objetos de análise tenderam a ser, pois e muitas vezes, as próprias categorias e não a forma dos espaços urbanos. De igual modo, na classificação das formas urbanas em função dos momentos históricos a matéria de estudo era a ‘História’ e as conclusões diziam mais respeito ao pensamento que se tinha de determinado período temporal, do que às próprias formas. Assim, e por detrás de um aparente estudo das formas urbanas, a motivação principal centrou-se no estabelecimento de genealogias das ideias do projeto urbanístico, em especial das formas geometricamente regulares, e uma potencial ‘história das formas dos espaços urbanos’ (associada ao urbanismo) transformou-se na ‘história das ideias que se tem das formas dos espaços urbanos’ (mais relacionado com a urbanística), desviando a atenção de uma história das ações para uma história de símbolos ou mitos dessas ações.

Implicação

De facto, com o tempo, tornou-se axiomática a ideia de que a regularidade geométrica e o esquema formal ortogonal eram indicadores de um ato deliberado e racional de planeamento, na sua maioria conectado com a centralização do poder e / ou a um centro de decisão ou autoridade forte. Pelo contrário, a forma irregular surgia como demonstrativo de uma ação não planeada, espontânea, anárquica. Isto levou a que os espaços urbanos assim considerados tivessem, respetivamente, significações positivas, de ordem, disciplina, civilidade, salubridade, ou diversamente significações negativas, como acaso, capricho, incivilidade, insalubridade. E nem mesmo o elogio de algumas personalidades aos espaços urbanos considerados como

orgânicos, sendo um dos expoentes máximos Sitte (1990 [1889]), contribuiu para alterar aquela posição.

Todavia, porque a grande parte dos espaços urbanos existentes estavam incluídos no segundo grupo estes não foram, na maioria das vezes, considerados dignos de interesse e de estudo formal. Os poucos que pertenciam ao primeiro grupo constituíam-se como os alvos preferidos para as subsequentes análises.

É nesta linha que surgiu o interesse sobre os traçados regulares das cidades e ‘centúrias’ romanas. Congregando a informação obtida nos textos gramáticos romanos, com a utilização da fotografia aérea (enquanto instrumento que recuperava muitos detalhes perdidos pela cartografia e que permitia conjugar elementos espacialmente distantes), o método de investigação assentava na confrontação das figuras particulares, dos elementos constantes, dos agrupamentos, das dimensões, orientações e disposição relativa dos objetos, onde sobressaíam as formas ortogonais e, por vezes, as linhas curvas, encaradas como marcas de teatros ou circos romanos entretanto desaparecidos.

Depois, seguiu-se o interesse pelas vilas medievais de fundação e no qual se cruzavam duas motivações principais: o reconhecimento da existência de ações de urbanização programadas atribuídas ao período da Idade Média (apesar de algumas vezes terem sido conectadas com atitudes pré-renascentistas) e a procura da identificação do nome do fundador. Os casos de estudo foram os espaços urbanos cujas plantas manifestavam, tendencialmente, uma disposição regular e ortogonal, distinguidos também pelos seus topónimos. Daí existirem tantos estudos sobre as *new towns* inglesas, as *bastides*, *ville nouvelles* ou *salvaterres* francesas, as *terre nuove* florentinas, as *villas nuevas* ou *nuevas pueblas* castelhanas, e claro, as ‘vilas novas’ ou ‘póvoas’ portuguesas.

Com efeito, para o avanço destas duas temáticas foi fundamental o reconhecimento de mais uma unidade morfológica, o ‘parcelário’ – cujo estudo se iniciou dentro da Geografia Rural por Bloch (1929), sendo depois aplicado por Conzen (1969 [1960]) à forma urbana – alterando a corrente relação

figura-fundo na observação das plantas urbanas. Conjugando os dados obtidos no arquivo (escritos ou gráficos) com os captados através do levantamento do existente, desenvolveu-se ainda o estudo metrológico das parcelas, bem como as análises proporcionais das formas encontradas, umas vezes apresentadas com grande complexidade geométrica e / ou aritmética, e outras conectadas com explicações simbólicas de ordem divina e / ou cósmica.

Porém, além dos estudos de espaços urbanos de origem romana e medieval, que se constituíram como temáticas específicas, foram igualmente alvo de exame as aglomerações urbanas constituídas em épocas mais recentes, particularmente dos períodos históricos do Renascimento e do Barroco, e onde as fontes escritas permitiam, quase sempre, identificar os autores e as atitudes modeladoras.

Rejeição

Não obstante a grande vigência da relação dicotômica, devido também às autoridades que a propagavam, esta foi desde cedo rejeitada por vários investigadores de diferentes áreas disciplinares. Desde logo, Giovannoni (1998 [1931]), acerca da distinção entre cidades antigas e novas, salientou a ideia de continuidade da vida urbana, fundamentando que nenhuma aglomeração urbana é inteiramente antiga, nem inteiramente nova, porque as primeiras estão sujeitas a constantes renovações e as segundas nascem a partir de núcleos preexistentes. Pugnando-se teoricamente contra a distinção proposta por Lavedan, Blanchard (1937) alertou que até numa instalação urbana chamada de espontânea, esta derivava sempre da vontade humana, mesmo em sítios geograficamente difíceis. Considerava ainda, que do ponto de vista geográfico aquela separação era irrelevante, embora que, metodologicamente, tivesse o prejuízo de levar à omissão da componente evolutiva do organismo urbano. Por seu turno, Mumford (1982 [1961]) explicitamente combateu a repulsa teórica relativamente às plantas ditas orgânicas, esclarecendo que as ruas sinuosas eram o

resultado de ações sensatas e mais económicas, derivadas dos sítios alcandorados, da necessidade, da oportunidade e da adaptação, prevenindo ainda para a existência de uma confusão formalista que associava regularidade à finalidade e irregularidade à desordem intelectual ou incompetência técnica. Já Rossi (2001 [1966], pp. 72-3) afirmou perentoriamente que a introdução e modificação para a linguagem da arquitetura dos termos orgânico e racional, não serviam para esclarecer os conceitos ou para tornar os fatos urbanos mais perceptíveis. E mais acrescentou: ‘Dizer que a cidade medieval é orgânica, significa uma ignorância absoluta da estrutura política, religiosa, económica, etc., da cidade medieval, assim como da sua estrutura espacial; dizer, pelo contrário, que a planta de Mileto é racional é verdadeiro, se bem que seja de tal modo geral a ponto de ser genérico e de não oferecer qualquer noção concreta sobre a planta de Mileto. (Além do equívoco de confundir a racionalidade com certos esquemas geométricos simples)’. Indo no mesmo sentido, Reis Filho (1968) criticou a explicação corrente porque reduzia substancialmente o problema, dada a diversidade de etapas, comportamentos e condicionamentos presentes no desenvolvimento urbano.

Mas, o aumento dos estudos de casos individuais ou de grupos de aglomerados urbanos tornou patente o porquê da rejeição daquela relação. É que por detrás de um sistema aparentemente classificativo uma grande parte dos objetos de análise não encaixavam nos esquemas formais estabelecidos ou, então, eram inseridos por obrigação em virtude de um aspeto particular. Por isso Conzen (1966) referiu-se ao descrédito que emergia relativamente às oposições entre planos regulares e irregulares e desenvolvimento urbano planeado e não planeado, fundamentando a sua crítica no reconhecimento da característica compósita da forma dos espaços urbanos, manifestada pela existência de várias unidades planimétricas morfologicamente homogêneas em si mesmo e distintas das restantes, as quais refletiam as circunstâncias particulares da sua conformação (Conzen, 1969 [1960]).

Reação

Com efeito, começaram a aparecer estudos que demonstravam justamente ações de planeamento urbanístico sem a observação direta de formas regulares e / ou ortogonais na estrutura física das plantas. Alguns dos espaços urbanos medievais, quer de origem cristã ou islâmica, e até então sujeitos à classificação de espontâneos, orgânicos, labirínticos ou anárquicos, estabeleciam-se como os casos de estudo primordiais. Entre outros, saliente-se Guidoni (1965-66) por enaltecer a curvatura das ruas medievais de Siena, mostrando que estas eram não apenas planeadas como desenhadas com grande precisão. O mesmo investigador, com Angela Marino, reconheceu ainda outras ações de planeamento urbanístico nas cidades e vilas italianas partindo das relações espaciais, visuais e sonoras dos seus edifícios / elementos notáveis. Ainda que nos seus estudos a forma urbana fosse representada bidimensionalmente, estava já implícita a necessidade da avaliação das outras duas dimensões (Guidoni e Marino, 1972). Também Soyer (1970) e Pawlowski (1996) identificaram ações de planeamento em espaços urbanos cuja planta urbana apresentava uma forma circular. Por seu turno, Petruccioli (1997), incluindo-se na recente vaga de investigadores orientalistas que criticavam a negativa significação imputada aos espaços urbanos de origem islâmica, sintetizou uma série de parâmetros pelos quais se evidenciavam ações programadas de desenvolvimento urbano naquelas aglomerações.

Inversamente, Conzen (1966), dando como exemplo a cidade britânica de Conway, cuja origem derivava de uma deliberada fundação medieval estabelecida por Eduardo I em 1284, reconhecia-lhe a falta de uniformidade e de regularidade geométrica, explicando que tal facto se devia às particularidades do sítio e à presença de estruturas residuais anteriores. O que levou à distinção teórica entre planeamento ideal e real por Slater (1987), sendo o segundo a adaptação prática do primeiro dada a necessidade de resolver problemas complexos e concretos no terreno.

Gradação

Associando as anteriores iniciativas aos estudos mais aprofundados dos elementos físicos constituintes dos espaços urbanos, bem como, ao desenvolvimento das análises metrológicas das parcelas, a relação dicotómica inicial, ainda que não totalmente denegada, começou a dissipar-se, degenerando numa infundável gradação intermédia pelo acerto das intensidades de cada polaridade. Nesse sentido, Santos (1968), pugnando-se contra a redutora dicotomia proposta por Holanda, reconheceu quatro tipos de traçados urbanos nas cidades e vilas coloniais brasileiras: os ‘inteiramente irregulares’; os ‘de relativa regularidade’; os ‘que inicialmente foram irregulares, sendo depois refeitos para adquirirem perfeita regularidade’; e os ‘perfeitamente regulares’. Já Gaspar (1972) admitiu a existência de ‘traçados espontâneos geometrizados’, e de ‘traçados planeados não geometrizados’.

Um outro grau intermédio foi proposto por Borie *et al.* (1978), introduzindo a categoria das formas ‘deformadas’, situadas a meio caminho entre as formas geométricas e as orgânicas, com o intuito de equilibrar desígnios incompatíveis. Depois, Caniggia e Maffei (1995 [1979]) propuseram-se resolver a questão ao distinguir que os elementos físicos e as atitudes modeladoras podiam assumir a categoria de ‘serial’, ou seja, utilizando a repetição e a inter-relação, e a de orgânico, isto é, empregando a peculiaridade e a unidade, dando então origem a quatro novas categorias: ‘seriado sistemático’ (elementos em série aglomerados num conjunto em série); ‘orgânico episódico’ (elementos orgânicos aglomerados num conjunto sem série); ‘seriado ocasional’ (elementos em série aglomerados num conjunto orgânico); e ‘orgânico total’ (elementos orgânicos aglomerados num conjunto orgânico). Também Kostof (1991) distinguiu mais dois modelos de planeamento urbanístico, além do ‘padrão orgânico’ e da ‘grelha’: a ‘cidade como diagrama’ e o ‘grande modo’. E Lilley (1998) para determinar o nível de ortogonalidade dos espaços urbanos medievais planeados, distinguiu as plantas

ortogonais das ‘quase-retilíneas’, onde nas primeiras as ruas e as parcelas têm alinhamentos direitos e ângulos retos, enquanto nas segundas os alinhamentos são encurvados.

Diferentemente, Roberts (1987) propôs um outro sistema classificativo segundo critérios morfológicos, tendo como base dois graus de regularidade, o regular e o irregular, a presença ou ausência de área livre central, e dois tipos de formas, em ‘linha’ ou ‘aglomerada’. As plantas urbanas que se apresentavam com estruturas espaciais mais complexas, caso das ‘compósitas’ ou das ‘poli-focais’, podiam assim ser dissecadas pelo arranjo das características das suas partes, sendo ‘homomórficas’ ou ‘heteromórficas’, consoante as partes tivessem tipos iguais ou mistos, e coesas ou discretas, dependendo da distância de adjacência dessas partes.

Do mesmo modo, apareceram outros termos cujo intuito foi aumentar o rigor das descrições parcelárias. Rouleau (1985), evidenciando a relação entre as parcelas e a rede viária, introduziu categorias terminológicas provenientes de estruturas facilmente reconhecidas por todos: ‘paralelo’, ‘tabuleiro’, ‘espiga’, ‘cauda de peixe’ e ‘pele de cebola’. Por sua vez, Lavigne (1996) avançou com os conceitos de ‘parcelário de fundação’ e ‘parcelário de formação’, onde o primeiro corresponde à materialização no terreno de uma decisão ou poder expresso, enquanto o segundo implica uma gênese progressiva suportada por várias ações.

Mas, a mesma necessidade de melhorar as explicações levou, igualmente, ao surgimento de outros termos que misturavam os conceitos iniciais. González Villaescusa (2002) avançou com o de ‘regularidade orgânica’, estabelecido para designar as formas parcelares que repetem ritmos métricos constantes, embora sinuosos ou distorcidos por se adaptarem aos declives topográficos, dada a necessidade de manterem conectados algumas redes, caso dos canais de abastecimento de água nas parcelas rústicas. Watteaux (2003) propôs o termo de ‘rádio-quadrículado’, substituindo o de rádio-concêntrico, para descrever o desenvolvimento quadrículado dos quarteirões e das parcelas que se constituíam

nas margens de uma rede radial de eixos viários polarizados a partir de um ponto central.

Relacionadas estavam ainda as classificações históricas, levando à construção de mais categorias e mais terminologia. Nesta linha, incluiu-se o exercício de Fernandes (2004) ao propor uma síntese tipológica, organizativa e classificativa dos diferentes graus de regularidade / ortogonalidade / reticularidade presente na ‘cidade de origem portuguesa’, conseguindo ao todo 20 parâmetros, distribuídos em 6 categorias temporais, ficando, todavia, de fora as formas urbanas consideradas totalmente irregulares ou orgânicas.

Mutação

A necessidade de se estabelecerem novos conceitos com o objetivo de determinar os graus intermédios entre regularidade / irregularidade formal e planeamento / espontaneidade do desenvolvimento urbano, tornou evidente o defeito da própria relação dicotómica. Expôs a ineficácia da correspondência estabelecida entre o esquema formal e o desígnio de planeamento, começando-se a separar o que durante muito tempo se tinha associado. Este movimento não só levou a questionar a validade da relação dicotómica, como também os próprios conceitos integrantes.

A noção de regularidade passou então a ter dois sentidos. Manteve o tradicional sentido geométrico ligado à noção de ‘régua’ (i.e. barra para aferir ou dirigir uma linha), no qual uma ‘forma regular’ significa uma forma proporcionada cujos lados ou ângulos são iguais, e uma ‘forma irregular’ o seu contrário, desagregando-se de qualquer tipo de intenção ao nível do planeamento; e ganhou um outro sentido associado à noção de ‘regra’ (i.e. preceitos ou normas que guiam comportamentos ou procedimentos), cujas convenções programáticas, socioculturais ou jurídicas são aplicadas e apreendidas por todos (Malverti e Pinon, 1997). De facto, não deixa de ser significativo que, na língua portuguesa, os dois vocábulos tenham a mesma origem etimológica da palavra latina *regūla* ou

regūlae, cujo antepositivo *reg-* exprime precisamente *reger* ou *dirigir* (Houaiss e Villar, 2003). Ora, é o sentido que se encontra vertido em Reis Filho (2001) ao reconhecer que se pode observar regularidades através da repetição de determinadas características, como o alinhamento das casas em relação à rua ou a manutenção da largura desta última, independentemente de ter um traçado curvo ou reto; ou em Pinto (2012) ao considerar que do ponto de vista das regras jurídicas, planeamento regular é o que está dentro da lei e o irregular é o ilegal, sendo irrelevante se é aplicada, ou não, qualquer regularidade geométrica, e assim mesmo o é quando a última faz parte daquelas.

Daí que, também tenham surgido novas expressões, como ‘urbanismo regulado’, estabelecido por Rossa (1998), para designar o planeamento assente em regras e não em planos desenhados, ou ‘urbanismo conveniente’, de Bastos (2004), para descrever as formações urbanas condicionadas por preceitos de decoro, conveniência e adequação, aplicados pelos agentes responsáveis. Assim, e sem que haja uma relação de correspondência entre os dois sentidos, a noção de ‘espaço urbano regulado’ passou a ter uma grande liberdade ao nível dos esquemas formais.

Mas dissolveu-se, igualmente, a ideia de espontaneidade, ou falta de planeamento, quando se trata de formas construídas. Por um lado, a efetiva dificuldade em se conseguir distinguir, através da simples análise das plantas urbanas, quais as áreas de desenvolvimento planeado das de desenvolvimento espontâneo, levou à constatação de que aqueles conceitos tinham sido sobretudo idealizados pelos próprios investigadores, que os associavam a outras noções (Malfroy, 1998); os quais diziam mais sobre a estética dominante, de natureza moderna, ocidental, e etnocêntrica quando transposta para outras realidades, do que sobre as próprias práticas (Smith, 2007). Por outro lado, alguns investigadores, que se debruçavam sobre o domínio da propriedade urbana, começavam a demonstrar a existência de múltiplas ações dirigidas de urbanização, ainda que parcelares, produzidas pelos próprios detentores da propriedade.

As formas urbanas antigas começaram, então, a ser entendidas como o resultado coletivo de várias ações, não necessariamente coordenadas na obtenção de um efeito final, mas absolutamente conscientes relativamente à sua própria parte. É que por definição, planeamento é o processo explícito de escolha e organização das diversas ações antecipando os resultados, ou seja, é o ato de controlo do fazer. Como tudo o que foi feito e construído pelos seres humanos foi produto de uma vontade consciente, pode-se então depreender que os atos construtivos e urbanísticos nos espaços urbanos foram controlados por quem os programou e executou, tornando-se portanto, planeados. E nem mesmo a explicação, de que uma forma urbana planeada se refere ao resultado das práticas de ordem superior e centralizada, por oposição à forma urbana espontânea relativa ao resultado das práticas individuais ou de ordem social, adquire grande sentido. É que a diferença entre as ações construtivas maiores, isto é, as que implicam mais intervenientes, mais esforço financeiro e mais área ocupada do solo, de outras menores, reside somente na dimensão com que as intervenções são levadas a cabo, nunca na motivação ordenadora, as quais adquirem diferentes esquemas formais consoante as possibilidades e os constrangimentos (espaciais, naturais, jurídicos, económicos ou construtivos) envolvidos. A questão decorrente é perceber quem controlou o quê, em que nível e em que escala, como tão bem elucida Habraken (1998). Além do mais, tendo o planeamento uma qualidade cíclica, pois admite períodos de aceitação, recusa, adaptação e reestruturação parcial ou total (Malfroy, 1998), obriga a considerar que as formas urbanas antigas que chegaram até hoje possam não corresponder a uma única decisão ou ação, sendo sim o resultado de um processo contínuo de fazer e refazer, muitas vezes ativado pelo imenso poder da ‘destruição criativa’ (Page, 1999).

Reposição

Para a anterior alteração teórica muito contribuiu uma outra transformação na construção do conhecimento. Deixando

de lado a pesquisa da forma perfeita e / ou utópica (quer como ‘plano ideal’ e / ou como ‘planeamento global’), os estudos históricos das formas urbanas têm, progressivamente, procurado compreender não apenas as formas urbanas, mas o próprio processo dinâmico e evolutivo que levou à formação e transformação espacial. Isto obriga, naturalmente, que sejam chamados à discussão outros objetos de estudo, como os agentes e os mecanismos envolvidos naqueles processos (Kostof, 1991; Larkham, 1998). Daí que, e não obstante de o termo morfologia – cunhado por Goethe (1993 [1790]) para descrever o estudo da forma dos seres vivos da Botânica – incluir originalmente o exame dos processos na análise dos produtos e das implicações que umas formas têm sobre as outras, alguns investigadores preferiram definir o seu estudo como morfogénese urbana (Malfroy, 1998; Moudon, 1997; Vance, 1990), onde as anteriores análises ‘morfo-históricas’ (guiadas por pressupostos históricos e limitadas a tipos formais previamente definidos) são agora substituídas por análises ‘morfo-dinâmicas’, que incluem a totalidade e a complexidade das formas urbanas (Chouquer, 2000). Logo, com o reconhecimento de que as formas urbanas representam diacronicamente a complexa sedimentação dos estratos construídos e / ou reconstruídos e sincronicamente as várias ações planificadas e multiformes das várias forças que as criaram, a distinção formal e intencional estabelecida pela relação dicotómica deixou, epistemologicamente, de fazer qualquer sentido.

De facto, o paradigma da análise dos estudos históricos das formas urbanas tem-se vindo a alterar, com o objetivo de perceber a rede interconectada de agentes e de mecanismos, já que desde Jacobs (1994 [1961]) os espaços urbanos devem ser compreendidos e tratados como problemas de ‘complexidade organizada’. Se assim o têm sido há alguns anos sobretudo no que concerne aos estudos de planeamento e urbanismo contemporâneo, só mais recentemente passaram também a ser nos estudos históricos dos espaços urbanos existentes.

De biótipos estáveis ou sistemas fechados, os espaços urbanos de origem

antiga, alvos de análise histórica e formal, são agora examinados como sistemas abertos, complexos e não-lineares, utilizando-se toda uma nova bagagem concetual, na maioria das vezes transversal a outras disciplinas, para descrever essa realidade. Daí que, entre outros, Marchand (2003) use a noção de ‘auto-organização’, enquanto processo e resultado de múltiplas ações e interações, para explicar a dinâmica da formação e transformação das formas; Marshall (2009) realce o comportamento e efeito ‘emergente’ da ordem urbana, onde muitas ações individuais com simples regras de interação permitem a constituição de formas complexas e coerentes, impossíveis de antecipar ou premeditar, mas cujo total é maior do que a soma das partes; ou Pinto (2012) interprete como ‘autopoietico’ o próprio sistema de desenvolvimento urbano, dada a verificação de que os agentes e interações envolvidos são definidos e mantidos por eles próprios, num processo contínuo e ininterrupto de transformação, cujo produto acaba por ser, exatamente, as várias formas urbanas.

Conclusão

Não obstante a transformação metodológica, teórica e conceptual ocorrida nas últimas décadas, na verdade, a importância da relação dicotómica, que associa as formas regulares à intencionalidade de planeamento e as formas irregulares à falta de planeamento, ainda está longe de se eclipsar, apenas porque se desagregou a própria relação. Dois fenómenos explicam esta circunstância.

Por um lado, o relevante papel que a relação dicotómica teve no desenvolvimento da morfologia urbana, enquanto método ou disciplina, pela qual esta conseguiu alcançar uma certa autonomia relativamente à análise histórica documental; o que simultaneamente permitiu o avanço na construção do conhecimento histórico das formas urbanas. Nesse sentido, a história da História do Urbanismo Português reflete exemplarmente essa conexão. Foi com a verificação da existência de ações de planeamento em espaços urbanos do século XVIII, identificadas pela regularidade geométrica

das plantas urbanas, que se superou a ideia depreciativa que até então tinha afetado o conhecimento urbanístico português. Este salto, não só levou ao desenvolvimento dos estudos como à própria aferição e reconhecimento de outras especificidades intencionais na produção urbana, inclusivamente para épocas anteriores, quer modernas ou medievais, sem que tivessem necessariamente uma materialização planimétrica ortogonal ou geometricamente regular. Ressalte-se, todavia, que a necessidade atual de conjugar na análise formal o conhecimento dos agentes e dos mecanismos, de modo a compreender a complexidade das formas urbanas, não significa uma nova inversão ou sujeição da morfologia urbana à disciplina histórica. Muito pelo contrário. Se for entendido que a análise dos processos explica e dá significado aos produtos, então não existe qualquer subordinação, mas sim, uma absoluta e necessária conetividade.

Por outro lado, a longevidade e a copiosa difusão da relação dicotômica, quase sempre presente nos estudos históricos mais antigos, ajudam a mantê-la viva. Mas também, porque muitos estudos históricos mais recentes apesar de refutarem por princípio tal relação, continuam no entanto a utilizar os seus pares integrantes, normalmente apresentados entre aspas ou em itálico, quer por razões operativas de discurso, quer por causa das outras noções que, tradicionalmente, aqueles trazem associadas. É que, se o entendimento teórico parece já se ter soltado da relação dicotômica, a historiografia da história da forma urbana está ainda a adaptar-se à mudança de perspetiva, procurando neste intervalo novos conceitos e métodos de investigação para com eles caminhar e, talvez assim, conquistar a necessária emancipação relativamente àquela. Afinal, não deixa de ser revelante que a própria mutação ocorrida nos estudos históricos da forma dos espaços urbanos tenha derivado precisamente da presença e do questionamento da tal relação dicotômica.

Agradecimentos

A autora agradece ao Editor e aos três

avaliadores anónimos pelos comentários e sugestões, bem como, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelas bolsas concedidas, as quais têm possibilitado o desenvolvimento da sua investigação.

Referências

- Bastos, R. (2004) 'A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII', em Pereira, S. (org.) *Anais do VI Colóquio luso-brasileiro de história da arte, II* (Comitê Brasileiro de História da Arte, Rio de Janeiro), 667-77.
- Blanchard, R. (1937) 'Une Géographie des villes', *Revue de Géographie Alpine* 25, 441-5.
- Blanche, P. V. (1898) 'La Géographie politique, à propos des écrits de M. Frédéric Ratzel', *Annales de Géographie* 7, 97-111.
- Bloch, M. (1929) 'Les plans parcellaires', *Annales d'Histoire Économique et Sociale* 1, 60-70.
- Borie, A.; Micheloni, P. e Pinon, P. (1978) *Forme et déformation des objets architecturaux et urbains* (École Nationale Supérieure des Beaux-Arts, Paris).
- Caniggia, G. e Maffei, G. L. (1995 [1979]) *Tipologia de la edificación, Estructura del espacio antropico* (Celeste Ediciones, Madrid).
- Chouquer, G. (2000) *L'étude des paysages: Essais sur leurs formes et leur histoire* (Éditions Errance, Paris).
- Clouzot, E. (1909) 'Le problème de la formation des villes', *La Géographie, Bulletin de la Société de géographie* XX, 165-76.
- Conzen, M. R. G. (1969 [1960]) *Alnwick, Northumberland, A study in town-plan analysis* (Institute of British Geographers, Londres).
- Conzen, M. R. G. (1966) 'The use of town plans in the study of Urban History' em Dyos, H. J. (ed.) (1968) *The proceedings of an international round-table conference of Urban History Group* (Edward Arnold, Londres), 113-130.
- Fernandes, J. (2004) 'A propósito da Baixa e das malhas ortogonais: algumas reflexões. Os diferentes graus de regularidade e de geometria na cidade de matriz portuguesa', *Monumentos* 21, 44-9.
- Gaspar, J. (1972) *Estudo geográfico das aglomerações urbanas de Portugal Continental*, Projeto de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Giovannoni, G. (1998 [1931]) *L'urbanisme face aux villes anciennes* (Éditions du Seuil, Paris).

- Goethe, J. (1993 [1790]) *A metamorfose das plantas* (Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa).
- González Villaescusa, R. (2002) *Las formas de los paisajes mediterráneos* (Universidad de Jaén, Jaén).
- Guidoni, E. (1965) 'Il campo di Siena', *Quaderni dell'Istituto di Storia dell'Architettura dell'Università di Roma* 70-72, 1-52.
- Guidoni, E. e Marino, A. (1972) *Territorio e città della Valdichiana* (Multigrafica Editrice, Roma).
- Habraken, N. (1998) *The structure of the ordinary: Form and control in the built environment* (MIT Press, Cambridge).
- Hayek, F. (1973) *Law, legislation and liberty, A new statement of the liberal principles of justice and political economy, Volume I: Rules and Order* (The University of Chicago Press, Chicago).
- Hiorns, F. (1956) *Town building in history: an outline review of conditions, influences, ideas, and methods affecting "planned" towns through five thousand years* (George G. Harrap & Co, Londres).
- Holanda, S. B. (1948) *Raízes do Brasil* (Livreria José Olympio Editora, Rio de Janeiro).
- Houaiss, A. e Villar, M. (dir.) (2003) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 3 vols. (Temas e Debates, Lisboa).
- Jacobs, J. (1994 [1961]) *The death and life of great American cities* (Penguin Books, Londres).
- Kostof, S. (1991) *The city shaped, Urban patterns and meanings through history* (Thames & Hudson, Londres).
- Larkham, P. J. (1998) 'Urban morphology and typology in the United Kingdom' em Petruccioli, A. (ed.) *Typological process and design theory* (Aga Khan Program for Islamic Architecture, Massachusetts), 159-177.
- Lavedan, P. (1926a) *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine (Definitions-Sources)* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavedan, P. (1926b) *Histoire de l'architecture urbaine (Antiquité-Moyen Age)* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavedan, P. (1926c) *Histoire de l'urbanisme, Antiquité – Moyen Age* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavedan, P. (1936) *Géographie des villes* (Librairie Gallimard, Paris).
- Lavedan, P. (1941) *Histoire de l'urbanisme, La Renaissance et des Temps modernes*, (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavedan, P. (1952) *Histoire de l'urbanisme, L'Époque moderne* (Éditeur Henri Laurens, Paris).
- Lavigne, C. (1996) 'Parcelaires de fondation et parcelaires de formation à l'époque médiévale en Gascogne; Clefs de lecture et problèmes d'interprétation' em Chouquer, G. (dir.) (1996) *Les Formes des Paysages, Tome 3, L'analyse des systèmes spatiaux* (Éditions Errance, Paris), 149-58.
- Lilley, K. (1998) 'Taking measures across the medieval landscape', *Urban Morphology* 2, 82-92.
- Malfroy, S. (1998) 'Urban tissue and the idea of urban morphogenesis', em Petruccioli, A. (ed.) (1998) *Typological process and design theory* (Aga Khan Program for Islamic Architecture, Massachusetts) 19-33.
- Malverti, X. e Pinon, P. (1997) 'Introduction' em Malverti, X. e Pinon, P. (dir.) (1997) *La ville régulière: Modèles et tracés* (Éditions Picard, Paris) 7-11.
- Marchand, C. (2003) 'Des centuriations plus belles que jamais? Proposition d'un modèle dynamique d'organisation des formes', *Études Rurales* 167-8, 93-113.
- Marshall, S. (2009) *Cities, design & evolution* (Routledge, Oxon).
- Moudon, A. (1997) 'Urban morphology as an emerging interdisciplinary field', *Urban Morphology* 1, 3-10.
- Mumford, L. (1982 [1961]) *A cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas* (Martins Fontes, São Paulo).
- Page, M. (1999) *The creative destruction of Manhattan, 1900-1940* (The University of Chicago Press, Chicago).
- Pawłowski, K. (1996) 'Circulades: un cas spécifique d'application du cercle pour l'ensemble du système parcellaire et défensif des agglomérations médiévales' em Fabre, G. (dir.) (1996) *Morphogenèse du village médiéval, IXe – XIIIe siècles* (Association pour la Connaissance du Patrimoine en Lagedoc-Roussillon, Montpellier) 141-56.
- Petruccioli, A. (1997) 'The Arab City: Neither spontaneous nor created', *Environmental Design, Journal of the Islamic Environmental Design Research Centre – Trails to the East* 1-2, 22-33.
- Pinto, S. M. G. (2012) *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Pöete, M. (1929) *Introduction à l'urbanisme: L'évolution des villes, La leçon de l'antiquité* (Boivin & Cie Éditeurs, Paris).
- Reis Filho, N. (1968) *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)* (Livreria Pioneira Editora, São Paulo).
- Reis Filho, N. (2001) 'Vilas paulistas do século XVII' em Araújo, R.; Rossa, W. e Carita, H.

- (eds.) *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822* (CNCDP, Lisboa) 555-66.
- Roberts, B. (1987) *The making of the English village, A study in historical geography* (Longman Scientific & Technical, Harlow).
- Rosenau, H. (1988 [1950]) *A cidade ideal, Evolução arquitetónica na Europa* (Editorial Presença, Lisboa).
- Rossa, W. (1998) 'O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas' em Carita, H. e Araújo, R. (eds.) *Coleção de Estudos, Universo Urbanístico Português 1415-1822* (CNCDP, Lisboa) 507-36.
- Rossi, A. (2001 [1966]) *A arquitetura da cidade* (Edições Cosmos, Lisboa).
- Rouleau, B. (1985) *Villages et faubourgs de l'ancien Paris, Histoire d'un espace urbain* (Éditions du Seuil, Paris).
- Santos, P. (1968) *Formação de cidade no Brasil Colonial* (Separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra).
- Smith, M. (2007) 'Form and meaning in the earliest cities: a new approach to ancient urban planning', *Journal of Planning History* 6, 3-47.
- Sitte, C. (1990 [1889]) *L'arte di costruire le città, L'urbanistica secondo i suoi fondamenti artistici* (Jaca Book, Milão).
- Slater, T. R. (1987) 'Ideal and reality in English Episcopal medieval town planning', *Transactions, Institute British Geographers* 12, 191-203.
- Soyer, J. (1970) *La conservation de la forma circulaire dans la parcellaire français, Étude basée sur l'interprétation des photographies aériennes* (SEVPEN, Paris).
- Unwin, R. (1909) *Town planning in practice, An introduction to the art of designing cities and suburbs* (Adelphi, Londres).
- Vance Jr., J. (1990) *The Continuing City: Urban Morphology in Western Civilization* (Johns Hopkins University Press, Baltimore).
- Watteaux, M. (2003) 'Le plan radio-quadrillé des terroirs non planifiés', *Études Rurales* 167-8, 187-214.

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Regular = planned *versus* irregular = spontaneous: the birth and death of a dichotomous relationship in historical studies of urban form

Abstract. This paper analyses one important theoretical relationship on the historical studies of urban form. This relationship establishes the connection between regular urban forms and planned urban development and, by contrast, between irregular urban forms and unplanned urban development. Starting from the initial formulation established in the inaugural texts of the history of urbanism, the impact of this dichotomous relationship on morphological research will be examined, as well as the transformations of the last decades, which led to its refute, using for this purpose the methodological, theoretical and conceptual inputs of some studies developed after the second half of the twentieth century.

Keywords: theory of urban morphology, dichotomous relation, regular / irregular, planned / spontaneous, concepts

Urban Morphology Research Group (UMRG)

O *Urban Morphology Research Group*, sediado na Universidade de Birmingham, promove, de modo regular, um conjunto de eventos, incluindo reuniões, apresentações, seminários e excursões (ver <http://www.birmingham.ac.uk/research/activity/urban-morphology/index.aspx>). Depois de duas apresentações, no final de 2013, dedicadas à avaliação dos recursos ambientais históricos nas cidades do condado de Worcestershire (por Jack Hanson) e aos padrões espaciais do crescimento urbano na cidade Chinesa de Xi'an (por Yunying Ren), realizou-se-á no dia 22 de Janeiro de 2014 a apresentação *The place of place: neighbourhood plans and housebuilders'*

perceptions por Ivor Samuels. Fundado em 1974, e coordenado por Jeremy W. R. Whitehand, o *Urban Morphology Research Group* é o maior centro de investigação dos aspetos geográficos da forma urbana existente atualmente no Reino Unido. Este grupo tem vindo a desenvolver conhecimento sobre cidades, e áreas urbanas, através do estudo da sua história e dos agentes e ideias envolvidos na sua criação e transformação. O UMRG disponibiliza ainda o acervo de M. R. G. Conzen (doador, por M. P. Conzen, à Universidade de Birmingham, em 2000) incluindo uma coleção de cerca de 50 000 mapas e uma vasta coleção de fotografias.